

# SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia

Maria Virginia Moreira Guilhon\*

## RESUMO

Estudo sobre o surgimento da oligarquia Sarney no Maranhão. Apresenta-se o enfraquecimento do vitorinismo<sup>1</sup> decorrente de lutas políticas internas dessa oligarquia como uma das condições do aparecimento do sarneísmo enquanto oligarquia. Mostra-se que a proposta moralizadora e modernizante de Sarney na disputa do governo do estado correspondem aos interesses do Governo Militar de afastar certos “coronéis” do comando político de suas unidades federativas. Abordam-se os fundamentos da proposta de Sarney e as primeiras dissidências internas dessa oligarquia. Encerra-se com uma reflexão sobre a particularidade histórica das relações políticas no país, caracterizadas pelo patrimonialismo e clientelismo.

Palavras-chave: Patrimonialismo. Oligarquia. História do Maranhão

## 1 INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

No contexto maranhense, o Estado sempre teve papel central em termos de articulação dos processos políticos, apresentando um caráter tradicional, em função do qual a estrutura de representação e de intermediação de interesses se fundou nas diversas expressões históricas do patrimonialismo estatal, sendo o sistema de participação caracterizado, sobretudo, pelo clientelismo político.

A noção de patrimonialismo é uma categoria elaborada por WEBER (1991) para se referir a uma das formas de dominação tradicional surgida a partir da comunidade doméstica patriarcal exatamente quando ela começa a se diferenciar economicamente e quando vai surgindo um corpo de funcionários encarregados da

---

\* Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e Doutora em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> Chama-se vitorinismo à vivência de uma dinâmica política peculiar que recebeu essa denominação em razão do domínio do então senador Vitorino Freire. Este, embora fosse pernambucano, manipulou o jogo político no Maranhão desde 1946 até aproximadamente 1965 com base numa ação clientelista e num mandonismo aberto.

<sup>2</sup> Este artigo se constitui parte modificada de um capítulo da minha dissertação intitulada A ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, em 1996.

administração da propriedade do senhor, sendo esse séquito de funcionários patrimonialmente dependentes.

Em função desse tipo de dominação, as relações estabelecidas historicamente no Maranhão entre a sociedade e o Estado sempre conferiram a este um papel mais ativo do que reativo à primeira, tendo a articulação dos grupos sociais se dado sempre de forma subordinada à instância estatal.

Assim, estabelecendo estruturas governamentais fortes, o Estado maranhense expandiu continuamente o seu poder, restringindo a capacidade de mobilização dos grupos e de suas possibilidades de influência, de forma autônoma e a partir de seus interesses específicos, no processo de tomada de decisões em torno de Políticas Públicas. Esse processo se sustenta na centralização de recursos financeiros e políticos nas mãos de um grupo, o qual sistematicamente procede à intermediação/concessão desses recursos. É da ocupação desse “locus” privilegiado – o Estado – que a oligarquia retira o seu poder de controlar os grupos que se manifestam na esfera social.

Nesse quadro, a história do Maranhão sempre se caracterizou pelo surgimento de sucessivas oligarquias as quais empreendem lutas políticas que não obedecem à lógica da democracia liberal clássica, que é a de buscar fazer prevalecer políticas determinadas. Ela é feita, na verdade, no sentido de tomar posse de um patrimônio – o Estado – que representa fonte de riqueza, prestígio e poder.

Em razão de o Estado enfeixar em sua mãos grandes recursos de poder apropriados privadamente pela oligarquia que assume a sua posse e a sua possível distribuição, o processo político no Maranhão acabou por se basear no clientelismo que

...sobrevive a partir de sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de bens materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral. O patrono moderno é o ‘BROKER’<sup>3</sup>. E seu poder depende de suas habilidades em operar como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos. (AVELINO FILHO, 1994, p. 227).

As oligarquias locais, sustentadas num tipo de relação de dominação baseada na centralização de recursos financeiros e políticos por elas intermediados, exercem, ao mesmo tempo, e até por isso mesmo, a função de mediação entre poder local e poder central e entre interesses econômicos privados e o Estado, visando seu próprio fortalecimento.

Oligarquia está sendo entendida aqui como um grupo atuante no âmbito político-administrativo, exercendo mediação entre grupos sociais de interesses e o

---

<sup>3</sup> corretor, intermediador de negócios de compra e venda.

Estado, de forma relativamente autônoma. Para REIS (1992), as origens das oligarquias maranhenses encontram-se na passagem do Império para a República, quando se formou um grupo especificamente político-administrativo capaz de se apropriar dos recursos estatais e de agir com independência frente aos núcleos de poder econômico. “As características do seu eixo de sustentação e reprodução, uma confluência de centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista, abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação nos postos de mando” (REIS, 1992, p. 34). Já aí o Estado se torna num espaço a ser ocupado como patrimônio a ser explorado como propriedade privada, cujos recursos podem ser “concedidos” na medida do “merecimento” demonstrado pelos pleiteantes às nomeações, verbas e favores.

Neste artigo, buscou-se mostrar a constituição de uma dessas oligarquias – o chamado sarneísmo – em seus primórdios e em suas condições de estruturação. O surgimento dessa oligarquia correspondeu a condicionantes gerados pela luta política interna dos grupos pertencentes ao vitorinismo<sup>4</sup>, oligarquia que antecedeu o sarneísmo, e a condicionantes externos, referidos ao interesse do Governo Federal em colocar no poder estadual um personagem com o perfil de Sarney, dentro da histórica dependência do poder local em relação ao poder central. Mas não se deve esquecer que as propostas de Sarney receberam forte apoio popular, por significar, ainda que ilusoriamente, um avanço em relação ao período vitorinista. Neste, o poder do Estado estava assentado basicamente em uma prática clientelista conjugada ao mandonismo aberto no qual não havia espaço para a modernização, agora prometida por Sarney e desejada pela população.

Contudo, o sarneísmo se caracterizou por sucessivas dissidências desde o seu surgimento, em razão das contínuas tentativas de seus aliados de subordinarem ao seu próprio poder os processos políticos locais.

Dessa forma, o presente artigo se estruturou a partir da abordagem de cada um desses aspectos mencionados. Portanto, além desta introdução, ele se compõe de um item que procura relacionar o surgimento do sarneísmo com as fissuras provocadas pelas lutas internas do grupo vitorinista, quando se abre espaço para o aparecimento

---

<sup>4</sup> Para CALDEIRA (1978, p, 60) “o vitorinismo, com efeito, foi um coronelismo. Das suas formas de ação excluiu-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (ao nível de Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, através da concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do vitorinismo – a sua ação se centrava em torno do controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas que, juntamente com os coronéis do estado davam a configuração real do vitorinismo”.

de outras forças políticas locais. Outro item aborda o decisivo apoio do Governo federal à candidatura de Sarney ao governo do Estado. Em seguida, busca-se configurar o tipo de poder exercido por Sarney naquele momento, caracterizado pela bandeira da modernização. Logo após, mostra-se as dissidências ocorridas ao longo do processo de estruturação da oligarquia de Sarney. Por fim, algumas reflexões são tecidas sobre o processo político brasileiro.

## **2 A CRISE DO VITORINISMO E A DITADURA MILITAR: determinantes do surgimento do sarneísmo.**

A dinâmica do poder no Maranhão sofreu uma inflexão fundamental em 1965 com a eleição de José Sarney para o governo estadual, pelas Oposições Coligadas. Tal eleição foi um marco no declínio de Vitorino Freire, o qual por cerca de vinte anos (entre 1946 e 1964), deteve a supremacia na dinâmica política do Estado sustentando seu domínio no controle da máquina estatal, na onipresença da polícia e na manipulação eleitoral.

Em âmbito nacional vivenciava-se, desde o Golpe de 1964, um Regime Militar fundado na perspectiva de aprofundamento das relações do país com o sistema capitalista internacional, com base no rechaçamento dos movimentos da sociedade civil organizada.

Mas diferentemente do que ocorreu nacionalmente, em que os processos mobilizatórios contribuíram para acirrar as contradições entre sistema econômico e sistema político, a crise que permitiu a Sarney o alcance da chefia do Executivo em oposição a Vitorino Freire, segundo CALDEIRA (1978), não se relacionou a processos de mobilização e organização políticas da sociedade civil, incompatível com as tentativas, empreendidas desde a década de 1950, de integração do Maranhão ao modelo capitalista que o Brasil adotara – ela tem raízes, na verdade, nos processos internos de luta dos grupos oligárquicos pelo comando político do Estado, além de corresponder aos desejos do Governo Central.

É verdade que Sarney recebeu forte apoio popular ao empunhar a bandeira da moralização dos costumes políticos e da vida administrativa bem como da execução de um projeto de modernização da sociedade. Entretanto, de acordo com o autor citado, a manifestação pública favorável à candidatura de Sarney que se concretizou numa votação expressiva se constituiu em um *referendum* da sociedade civil ao objetivo do Executivo Federal de afastar dos centros decisórios de alguns Estados

certos “coronéis” tradicionais do Partido Social Democrático (PSD)<sup>5</sup>. Assim, a eleição de Sarney representou uma ruptura na história política do Maranhão, mas as condições que a determinaram conferem-lhe o caráter de uma vitória outorgada.

Por outro lado, face ao estilo coronelista de fazer política vigente no estado, é provável que não tivesse sido possível à União Democrática Nacional (UDN) e à Sarney assumirem o poder caso não tivessem ocorrido clivagens internas no PSD. O próprio Sarney pertenceu aos quadros desse partido, mas sua perspectiva modernizadora e de engajamento do Maranhão no processo de expansão capitalista que se operava no Sudeste do país, mostrou-se incompatível com a linha tradicionalista do seu partido de origem. Assim, em 1957, Sarney se desligou do PSD e ingressou na UDN passando à oposição, tanto no nível estadual como federal.

Os primeiros indícios de uma luta intestina no PSD foram evidenciados quando Newton Bello, que foi Secretário do Interior, Justiça e Segurança de Mattos Carvalho<sup>6</sup>, articulou sua candidatura ao governo do Estado contra o desejo de Vitorino Freire que tentava sempre impedir qualquer posicionamento mais autônomo em relação à sua liderança política.

Para se eleger, Newton Bello estabeleceu alianças com outros partidos, inclusive a UDN, possibilitando a esta agremiação chegar pela primeira vez, em 1960, ao comando do poder político do Maranhão.

Entretanto, Sarney rompeu com Newton Bello e voltou a integrar o esquema de forças de combate ao PSD, embora tenha encontrado resistência no campo oposicionista por ser considerado um traidor<sup>7</sup>.

A partir daí o PSD se dividiu de tal forma que quando se deu o Golpe Militar em 1964, o processo de sucessão ao governo do Estado já refletia as determinações oriundas dessa luta interna pelo poder através da qual ao mesmo tempo em que crescia a força política de Sarney, decrescia a de Vitorino Freire.

---

<sup>5</sup> O PSD foi fundado, em âmbito nacional, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no ocaso da Ditadura Vargas (17 de julho de 1945) diante dos sinais evidentes de que a Guerra Mundial resultaria em vitória dos Aliados e das democracias, constituindo-se numa estratégia de apoio a Getúlio no enfrentamento da ostensiva oposição ao regime. Disputava o poder político, principalmente, com a União Democrática Nacional (UDN), ainda que tenha realizado com ela inúmeras alianças.

<sup>6</sup> José de Mattos Carvalho foi governador do Maranhão de 1957 a 1961, como aliado de Vitorino Freire.

<sup>7</sup> Um forte golpe foi dado também no PSD em 1963, agravando sua crise, em função da insubmissão de 7 (sete) dos 11 (onze) deputados federais eleitos no ano anterior (Cid Carvalho, Ivar Saldanha, Lister Caldas, Eurico Ribeiro, Mattos Carvalho, Luis Coelho e Alberto Aboud), tendo o deputado Ivar Saldanha como líder da bancada na Câmara Federal. Nesse contexto, o PSD se dividiu entre a candidatura de Costa Rodrigues (do PTN), apoiado por Newton Bello e Renato Archer, apoiado por Vitorino Freire. Cindido, o partido que por tantos anos dominou a vida política do Estado, não apresentou candidatura própria a governador, pois Renato Archer acabou se candidatando pelo PTB.

A proposta de Sarney sensibilizou a população em geral que via nesse candidato a oportunidade de romper com os velhos esquemas políticos em vigor no estado. Tanto lideranças camponesas (por exemplo, Manuel da Conceição) quanto da área urbana, na pretensão de se livrar do vitorinismo e de sua dissidência representada por Newton Bello, apoiaram Sarney que lhes prefigurava a implantação de formas modernizantes de estruturação social e de organização econômica em substituição às formas arcaicas de desenvolvimento que até então vigiam.

Aos determinantes internos mencionados, que se expressaram no delineamento de um panorama político carregado de disputas e conflitos polarizados em torno do processo de condução da ordem social e política estadual (sendo o vitorinismo caracterizado como conservador e o sarneísmo como modernizador) somaram-se outras determinações, sem as quais, segundo CALDEIRA (1978, p. 63-67), não teria havido a ruptura com o esquema vitorinista. Tais determinações se explicitaram nas diversas formas de interveniência do Governo Central nas questões políticas do Estado nesse ano de 1964<sup>8</sup>, decisão essa que coincidiu, nos seus objetivos, com as aspirações do eleitorado maranhense.

A chamada “*Revolução de 64*” inaugurou um novo momento autoritário na política brasileira e uma nova fase de desenvolvimento industrial, baseado no aumento do investimento estatal articulado ao setor privado dominado por entidades nacionais e multinacionais que expandiram seus investimentos nos setores industriais modernos a partir da estrutura e da condução do Estado. Esse “desenvolvimento capitalista estatal” (MALLOY, 1986, p. 129) se nutriu da exclusão controlada (e violenta) de determinados grupos, que favoreceu a imposição, às massas urbanas e rurais, dos “custos” inerentes ao modelo de crescimento adotado, já que, com isso, se castrara o poder político dos trabalhadores organizados<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> ... “Anteriormente, sobretudo no período 1936/1947, se processou um tipo de interveniência do Governo Central no Estado. Dois dos Interventores Federais no Estado, no período – Major Humberto Mendonça e Dr. Paulo Ramos – foram nomeados de conformidade com os interesses exclusivos daquele Governo; um governador no caso, o Dr Paulo Ramos que, antes de se tornar interventor de 1937 a 1945, fora eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa, por recomendação explícita de Vargas – e mais três interventores - Clodomir Cardoso, Eleazar Campos e Saturnino Belo – nomeados em regime de concordância com as lideranças políticas do Estado.” (CALDEIRA, 1978, p 62)

<sup>9</sup> De acordo com MALLOY (1986, p. 125) o Golpe Militar de 1964 representou a vitória de dois grupos – “os militares e a tecnologicamente orientada elite civil”. Estes dois grupos, de acordo com o autor citado, não só venceram as demais forças políticas que compunham a coalizão original de Vargas como comandaram o Golpe estabelecendo entre si uma aliança elitista na construção de um sistema burocrático-autoritário.

O discurso oficial do Estado Nacional na coordenação e condução das atividades dos setores público e privado priorizava a moralização no encaminhamento das ações, o desenvolvimento e a segurança nacionais.

O programa moralizante e modernizador de Sarney se coadunou com as expectativas do “Governo Revolucionário” de, simultaneamente, retirar de cena personagens identificados com o sistema político deposto e contar com elementos responsáveis, nos estados, pela sua integração ao ideário do Golpe de 1964.

E, assim, considerando Sarney em sintonia com os objetivos “revolucionários”, Castelo Branco decidiu desenvolver uma ação intencional de favorecimento à sua candidatura<sup>10</sup>.

A interveniência do Governo Central consistiu:

1) na promoção da revisão eleitoral no estado na perspectiva de extinção da fraude eleitoral que se constituía num dos eixos de sustentação do vitorinismo, pela qual foram suprimidos 206.206 eleitores fantasmas;

2) na utilização das forças federais no processo de fiscalização do pleito e da apuração dos votos;

3) no esvaziamento de lideranças do PSD em termos de influência política em âmbito federal.

A aceitação popular à proposta de Sarney e a sua vitória foram fatos incontestáveis. O saneamento do processo eleitoral permitiu a expressão da vontade do eleitorado que deu ao candidato de Vitorino Freire ¼ dos votos obtidos pelo candidato da UDN<sup>11</sup>.

As forças oposicionistas haviam se aglutinado em torno do nome de Sarney. Desde 1963 ele vinha tentando não só atrair Clodomir Milet, forte liderança do segundo maior partido do Estado, o Partido Social Progressista (PSP), para seu grupo de atuação política, como convencer Neiva Moreira, o provável candidato desse partido a governador do estado, de que o lançamento do seu nome à sucessão de Newton Bello não encontraria condições favoráveis.

Com a cassação de Neiva Moreira pelo Governo Militar, Sarney passou a ocupar praticamente todo o espaço da oposição que se uniu em torno do seu nome,

---

<sup>10</sup> Diz BONFIM (1985) que, com argúcia característica, Vitorino Freire assim avaliava Sarney: “Desde que se elegeu deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso, e oportunista, sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem favoráveis” (FREIRE, Vitorino apud BONFIM, 1985, p. 17).

<sup>11</sup> Jose Sarney obteve 112.062 votos, Costa Rodrigues conseguiu 68.560 e Renato Archer apenas 36.103. (Fonte TRE/MA)

inclusive com a adesão do PSP. Com isso, Sarney acabou se credenciando junto ao Governo Central como o candidato capaz de extirpar do Maranhão as forças do PTB e do PSD e de representar, junto ao povo maranhense, os princípios do Movimento Militar<sup>12</sup>.

O fortalecimento do Poder Executivo Federal no sentido da imposição de medidas e providências expressou a reafirmação do “poder controlador e regulador de um Estado patrimonial essencialmente centralizado, expresso no novo estamento de tecnocratas militares e civis” (MALLOY, 1986, p. 125).

Assim, as mudanças econômicas e políticas que ocorreram no Maranhão nesse período resultaram não somente dos determinantes próprios da realidade estadual. Relacionaram-se também a outros condicionantes, referentes às possibilidades de o Estado Nacional, de cunho patrimonial, regular a sociedade civil de acordo com interesses que, se por um lado, beneficiaram os grupos ou facções dominantes, por outro, impediram, a esses mesmos grupos e facções, pelo menos temporária e formalmente, o acesso aos núcleos decisórios.

Nessa perspectiva, Castelo Branco empenhou-se na implantação da infra-estrutura que permitiria dar início ao processo de mudança econômica e social do Estado o que correspondia ao interesse tanto dos setores produtivos quanto da população em geral de retirar o Maranhão da estagnação em que se encontrava.

O fato de os militares terem afastado do centro do poder o Senador Vitorino Freire e seus aliados e de terem se empenhado na reconstrução econômica e social do Estado, conferiu ao Regime estabelecido em 1964 um crédito positivo junto à população. Ao contrário do que ocorreu em outras unidades da federação, portanto, a chamada Revolução e, especificamente o governo de Castelo Branco, usufruíram de razoável popularidade no Maranhão já que significavam, a nível simbólico, a saída da estagnação.

CALDEIRA (1978, p. 69-71) afirma que no período 1964/1976 a relação que o Regime Militar estabeleceu com o Maranhão, em termos políticos, teve varias conotações. O Governo Castelo Branco assumiu, na opinião desse autor, conotação **renovadora** ou **restauradora** ao retirar o poder político das mãos do pessedismo/vitorinismo e ao passá-lo para o controle do udenismo/pessepismo. O instrumento e a forma de ação política para o exercício desse controle

---

<sup>12</sup> A eliminação de Neiva Moreira através de ato punitivo que suspendeu suas atividades políticas por dez anos e o enfraquecimento da candidatura de Renato Archer por meio de veto explícito ao seu nome, por parte de Castelo Branco, fizeram parte do mesmo processo de interferência do Governo Central no processo eleitoral do Maranhão.

concretizaram-se na eliminação de pluripartidarismo e na criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como o partido do governo.

É nessa conjuntura e no contexto dessas determinações que nasce o **sarneísmo** enquanto corrente política. Para CALDEIRA (1978, p. 78), “o sarneísmo é produto da Revolução de 1964 e a sua existência se vincula à criação da Aliança Renovadora Nacional<sup>13</sup>(ARENA)<sup>14</sup>”.

Mas ao contrário do vitorinismo que chegava a se confundir com o PSD, o **sarneísmo** não esgotava a ARENA, pois esta congregava diferentes correntes de oposição política ao vitorinismo (incluindo aí o pessedismo), além de incluir também vitorinistas, ideologicamente identificados com o projeto do Regime. Assim, embora o **sarneísmo** tenha encontrado na ARENA um meio de firmar-se na vida política do Maranhão, não se constituiu na única corrente a disputar o seu controle e o próprio poder político do estado.

É inegável, entretanto, que até 1970, e por vários fatores, Sarney deteve o controle do partido. Vitorino Freire, opositor natural do então governador, decidira afastar-se da cena política do estado. Com o bipartidarismo, ele ingressara na ARENA, firmando sua posição situacionista a nível federal. Era impossível para ele, porém, manter algum tipo de convivência com Sarney face a divergências e rivalidades políticas dificilmente conciliáveis. Como não poderia opor-se formalmente ao governador, por pertencerem ao mesmo partido, Vitorino preferiu manter-se afastado, deixando espaço para a ação política do seu opositor.

Por outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) possuía pouca expressão no Maranhão, pois, além de ser composto também por vitorinistas, identificava-se como opositor da “*Revolução de 64*”, que, até então, era popular no Estado.

Além disso, estabeleceram-se as condições, no segundo Governo Militar, para a neutralização da influência pessepista no âmbito interno da ARENA e para seu afastamento dos centros estaduais de decisão política, o que fortaleceu a posição relativa de Sarney. Com Costa e Silva, o Maranhão não ocupou mais o lugar de

---

<sup>13</sup> A ARENA foi criada por políticos conservadores ligados à Ditadura Militar, como partido situacionista.. A ARENA foi um dos dois partidos criados no período de vigência do chamado bipartidarismo (o outro partido foi o Movimento Democrático Brasileiro – MDB), montado pelo Regime a fim de dar aparência da existência de um jogo democrático no país.

<sup>14</sup> Embora a origem política de Sarney possa ser localizada no PSD, pois em 1954 foi candidato a deputado federal por esse partido, a ascensão desse político não foi dependente do vitorinismo já que logo em 1957 filiou-se a UDN, candidatando-se novamente a deputado federal por esse partido em 1958, assumindo daí em diante a oposição ao vitorinismo. Por outro lado, o sarneísmo não é fruto da UDN já que tal corrente somente se constituiu após 1965.

destaque que tivera no período Castelo Branco, o que imprimiu uma conotação **permissiva** à relação do Regime com o estado. (CALDEIRA, 1978, p. 69-71) Com isso, as forças partidárias desta unidade da federação puderam conduzir, com relativa autonomia, um processo político ao final do qual Sarney se impôs como liderança consolidada.

Em síntese, o controle político que Sarney passou a exercer no Maranhão foi possibilitado pela inexistência de outra liderança que o ameaçasse, decorrente da inexpressividade do MDB local, do afastamento de Vitorino Freire da cena política estadual e da neutralização da influência do PSP no processo decisório.

### **3 O CARÁTER DA DOMINAÇÃO DE SARNEY: a construção de um “Maranhão Novo”.**

As condições para a sustentação política de Sarney relacionaram-se ainda ao conteúdo modernizador do seu projeto e ao seu desempenho administrativo na edificação do “Maranhão Novo”, promovendo inclusive, a renovação dos aparelhos do Estado, destacando-se a instalação de institutos de pesquisa e de assessoria na perspectiva de instituição do planejamento como estratégia de promoção de desenvolvimento.

O **sarneísmo**, portanto, resultou da confluência de determinantes internos e externos que atuaram no sentido da sua constituição como uma corrente dentro da ARENA, possuindo em comum com o vitorinismo o fato de exprimir uma postura ideológica ambígua, tendente a assumir os mesmos conteúdos da ordem política nacional. (CALDEIRA, 1978, p. 78)

Segundo BONFIM (1985, p. 17) “dá-se à substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino, pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política”.

Mas diferentemente do caciquismo de Vitorino Freire que era sustentado essencialmente por um processo clientelístico de intermediação de interesses, constituindo-se esse político uma espécie de agente de ligação entre seus liderados políticos e suas clientelas, a liderança de Sarney se exerceu, em grande parte, através de sua influência pessoal sobre as populações, caracterizando-se por um tipo de personalismo político.

É claro que os determinantes históricos da realidade política do Estado, em que sempre se destacou o mandonismo mais ou menos aberto, não favoreceu o surgimento de formas mais avançadas de relacionamento entre líder e massa e mesmo entre os que controlavam a função pública ou lutavam por ela.

Dessa forma, o que se observou, de fato, foi à substituição de uma oligarquia fundada em bases rurais por outra, baseada no universo urbano e na idéia do novo.

Sarney captou bem o corte que a sociedade maranhense ansiava por fazer entre o **velho** e o **novo**, entre o **moderno** e o **arcaico** e expressou isso em sua proposta de governo, sintetizada pela expressão “Maranhão Novo”.

A reestruturação do aparato burocrático do Estado se constituiu importante instrumento de operacionalização da proposta modernizante de Sarney.

Interpretando que a dinamização dos setores da economia de modo a favorecer o desenvolvimento da sociedade cabia ao Estado, colocava no processo administrativo “tradicional” implantado por Vitorino Freire a responsabilidade pela estagnação do Maranhão. Isto porque:

Até o ano de 1966, predominavam no Estado do Maranhão processos administrativos os mais rotineiros e obsoletos que traduziam a incapacidade do Setor Público de cumprir a imprescindível tarefa que, sobretudo, nas regiões subdesenvolvidas, lhe cabe, de promotor do desenvolvimento. Rotina e obsoletismo administrativo, somados a uma filosofia de Governo de passividade ante a estagnação econômica e os prejuízos sociais dela decorrentes, tornavam o sistema fiscal ineficiente e não revelavam nenhuma capacidade de conseguir em outras fontes os recursos imprescindíveis à execução de um programa de realizações, ano a ano mais inadiáveis (BONFIM, 1985, p. 40).

Sarney incorporou na administração pública estadual, além de um secretariado, uma equipe composta de jovens técnicos, oriundos principalmente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), absorvendo também representantes das tradicionais elites. A dinâmica administrativa se caracterizou por uma tendência centralizadora do processo decisório e insulamento da burocracia, pautando-se na perspectiva do desenvolvimento e da modernização. A programação governamental estava centralizada no Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento – GTAP – com grande parcela de poder. Em 1967, o GTAP se converteu na SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão) com as funções de planejamento e programação financeira, além de repasse e controle dos recursos.

Para se ter uma idéia da auto-imagem dessa elite burocrática quanto ao seu papel no processo de tomada de decisões, é interessante reproduzir o pensamento de VIEIRA (1978 apud BONFIM, 1985, p. 38):

passa-se de um modo tradicional de definição de *prioridades e distribuição de recursos* baseado, por exemplo, nas esferas de *influência* (*partidos, grupos, etc.*) para um modo racional de proceder graças ao qual *se diagnosticam as carências, se escolhem os objetos e se definem os meios a serem empregados, segundo regras e procedimentos aceitos como razoáveis por um conjunto de técnicos.*

Com Sarney iniciou-se um esforço sistemático de planejamento das ações estatais no Maranhão, tendo sido ele o primeiro a montar um programa de governo no sentido mais técnico.

Conforme o slogan MARANHÃO NOVO indicava, Sarney desejava empreender um processo de reconstrução do Estado, definindo, por isso, como meta prioritária do seu governo a criação de uma infraestrutura econômica e social. O empreendimento desse esforço de reconstrução do Estado implicava em duas condições inter-relacionadas no campo da gerência das ações estatais: a adoção do planejamento enquanto base racionalizadora e de longo prazo à intervenção do Estado; e a constituição de um corpo técnico-administrativo com condições e competência para a realização do objetivo requerido pela proposta governamental.

Sarney considerava que devia se encerrar o ciclo de administrações governamentais improvisadas – o planejamento deveria ser considerado um dos fundamentos básicos de qualquer decisor que deveria projetar ações internas articuladas e integradas aos objetivos dos Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento. A proposição, inclusive, de abraçar a proposta de desenvolvimento nos moldes definidos pelo governo federal, levou a que este tivesse, a partir de então, uma maior e mais direta participação nos próprios destinos estaduais.

Assim, a perseguição ao desenvolvimento tal como projetado nacionalmente e, conseqüentemente, o desafio de realizar mudanças internas estruturais requisitavam novas características ao estrato administrativo, relacionadas ao aperfeiçoamento burocrático para promover as mudanças desejadas pelo Governo.

Dessa forma, a modernização burocrática (que inclui mecanismos de proteção social ao funcionário) estava também essencialmente vinculada ao projeto político-administrativo de Sarney.

#### **4 O SARNEÍSMO E SUAS PRIMEIRAS DISSIDÊNCIAS.**

Desejando candidatar-se ao Senado pela ARENA, Sarney, não terminou o seu mandato de governador, iniciado em 1966, deixando o Palácio dos Leões em 1970 e sendo substituído por Antonio Dino, Vice-governador. Para CALDEIRA (1978, p. 70) já nessa época se iniciaram as primeiras tentativas de oposição à liderança de Sarney.

O próprio Antonio Dino, que pertencia à corrente política liderada por Milet, terminou o governo rompido com ele e, conseqüentemente, com seu sucessor, Pedro Neiva de Santana (1971-1975).

As fissuras no sarneísmo se expressaram ainda como conseqüência do apoio radical de José Sarney à candidatura de Alexandre Costa ao Senado em 1970, em contraposição a correntes dentro da ARENA que viam o então deputado federal como o mais fiel representante do vitorinismo, o que era inaceitável para eles.

Por outro lado, nessa eleição se evidenciou o crescimento da liderança política de Epitácio Cafeteira, do MDB, que obteve uma votação superior a cem mil votos.

Mas foi exatamente na administração de Pedro Neiva de Santana que a Revolução adquiriu no Maranhão, segundo o mesmo autor acima mencionado, uma conotação dilemática.

Tanto Sarney como Pedro Neiva eram identificados com os objetivos da Revolução (que no caso do Maranhão significava iniciar a transformação do processo político, econômico e social do Estado). Mas ainda que este último se identificasse como pertencente ao sarneísmo, ocupando, inclusive, a Secretaria da Fazenda no governo Sarney, promoveu atos políticos que, na opinião da ala sarneísta, era contrária aos seus próprios interesses, trazendo como conseqüência a rompimento entre os dois políticos.

É conveniente dizer que os efeitos advindos da implantação, por Sarney, das bases de modernização do Estado já se faziam sentir no governo Pedro Neiva (1971-1975), que as reforçou e ampliou.

Mas foi nos dois anos iniciais do Governo Geisel (1974-1976) que se instalou uma fase da Revolução no Maranhão considerada, contraditória por CALDEIRA (1978, p. 71), acirrando as dissensões iniciadas em 1970. Isto porque foi indicado para o exercício do governo do Estado o então deputado federal Osvaldo da Costa Nunes Freire para o exercício de 1975-1978, possibilitando o retorno de Vitorino

Freire à cena política do Estado<sup>15</sup>, já que o governador indicado se identificava historicamente com o vitorinismo<sup>16</sup>.

A própria cisão interna do sarneísmo abriu espaço para a atuação de Vitorino Freire, que procurou interferir no processo político estadual por duas vias:

a primeira delas se deu quando se manifestou ostensivamente a cisão entre o governador Neiva de Santana e o Senador José Sarney, nas disputas para a eleição de filiados às suas orientações políticas no pleito legislativo de 1974, o que permitiu então a Vitorino Freire apresentar o seu filho (Luis Fernando Freire, ex-deputado federal do Maranhão pelo PSD na legislatura de 1963-1967), candidato a suplente de senador (CALDEIRA, 1978, p. 71).

A segunda estratégia política utilizada por Vitorino consistiu no apoio explícito a Nunes Freire, afastado tanto da corrente sarneísta quanto dos poucos adeptos de Pedro Neiva.

Nunes Freire experimentou nos dois anos iniciais do seu governo uma forte crise política em razão do acirramento das divergências entre sarneístas e vitorinistas em todas as esferas de poder do Estado, o que demonstrou a inconseqüência de se manter, sob uma mesma sigla partidária, correntes políticas opostas<sup>17</sup>.

Diz CALDEIRA (1978, p. 97) que o governo Nunes Freire não conseguiu imprimir diretrizes claras à sua ação política e administrativa.

Em âmbito nacional, já em 1974, ano em que Nunes Freire foi indicado para o governo do Estado, se faziam sentir os abalos iniciais da Ditadura Brasileira que foi sacudida pela alta do petróleo que veio minar a base econômica do “milagre” e ainda pela votação esmagadora nos candidatos da oposição ao Senado que desmoronou às tentativas de legitimação política do regime. (KUCINSKI, 1982, p. 7)

Nesse contexto, embora oriundo das forças mais tradicionais do Estado, Nunes Freire acabou por moldar sua administração aos requisitos de adaptação do Estado ao capitalismo, tal como articulado nacionalmente.

<sup>15</sup> “O retorno do ex-senador Vitorino Freire à prática política-partidária maranhense não significou o retorno do ‘vitorinismo’, uma vez que as condições histórico-sociais do Maranhão indicam não mais permitir a manutenção de lideranças do modelo do ‘vitorinismo’ – tal como este sobrevivera no período 1945/1960 – apogeu do ‘vitorinismo’ no Maranhão – dados os processos de transformação em curso na sociedade maranhense.” (CALDEIRA, 1976, p. 56)

<sup>16</sup> A contradição estava justamente no fato de que Vitorino Freire havia sido excluído de participação enquanto protagonista principal do processo político do Estado pela Revolução em 1964, tendo sido reconduzido por ela dez anos depois.

<sup>17</sup> Do mesmo modo que a ARENA estadual, o MDB maranhense se constituiu em um partido para os embutes políticos das correntes que procuravam controlá-lo. No período 1966/68 – quando então as presenças de Renato Archer e Cid Carvalho (integrantes da corrente vitorinista do Partido) eram as mais influentes, esse Partido chegara a adotar certa coerência na sua condição de oposição ao governo do Estado e ao governo central. [...] Com a supressão daqueles atores políticos pela cassação dos seus mandatos, o controle da hegemonia do Partido passou a ser disputado pelo então deputado federal Domingos Freitas Diniz Neto (legislatura 1967/71 e 1971/75) e por Eptácio Cafeteira, fato que terminou por dar uma linha nova à ação do Partido (CALDEIRA 1978, p. 92-93)

Assim, o objetivo síntese da sua administração, de acordo com o seu plano de atuação era:

elevar a economia maranhense à nova dimensão resultante fundamentalmente da Decisão Nacional de instalar no Estado um pólo industrial-exportador, assegurando uma equilibrada difusão social, espacial e setorial dos benefícios dos investimentos programados (*MARANHÃO. Governo do Estado. 1975-1978. (Oswaldo da Costa Nunes Freire). 11 Plano de Desenvolvimento do Maranhão. São Luís, 1974. p. 4).*

Na opinião de Nunes Freire, prenunciavam-se transformações estruturais na economia estadual capazes de iniciar uma nova fase de desenvolvimento em que a atividade industrial teria lugar de destaque. Tal processo de crescimento econômico seria o resultado de dois fatores:

a) escolha do Itaqui como porto de exportação do minério de ferro de Carajás;

b) construção em São Luís de uma grande unidade siderúrgica.

Para o governador, a perspectiva desse novo quadro já exercia fortes repercussões na economia estadual e na receita pública, colocando como necessidade não só o melhoramento da infra-estrutura urbana (sistema viário, saneamento, etc.) como também os dispêndios na construção de instalações ferroviárias, portuárias e industriais.

Nesse sentido, o governo estadual se propôs a desenvolver um esforço de *“expansão da infra-estrutura econômica, estimulando os setores produtivos, com prioridade um para a agricultura e nova ênfase à indústria”* (SILVA, 1984, p. 91). Por outro lado, a educação e a saúde se constituíram também prioridades do governo na perspectiva de *“dar ao desenvolvimento econômico nítida conotação de benefícios socialmente distribuídos”* (II Plano de Desenvolvimento do Maranhão, 1975-1978, p. 177, apud SILVA, 1984, p. 91).

Assim, não bastava a inversão de recursos públicos em investimentos de infra-estrutura – a preparação do Estado para o desenvolvimento implicava na constituição de um estrato político-administrativo com capacidade para gerir o processo e demandava a cobertura da população em termos de benefícios e serviços.

O retorno de Sarney ao controle do poder político do Maranhão deu-se com a indicação de João Castelo para o governo do Estado de 1979 a 1982, indicação essa devida, sobretudo, ao prestígio do já então senador maranhense, no plano federal.

Tendo sucedido um governante oriundo das hostes do vitorinismo, Castelo, até então plenamente identificado com o grupo sarneísta, chegou ao poder desenvolvendo uma intensa campanha contra a administração de Nunes Freire, a

quem acusava de corrupto e incapaz de promover as mudanças necessárias ao crescimento do Maranhão.

Adotando como slogan UM GRANDE MARANHÃO PARA TODOS, Castelo denunciava a situação de atraso do Estado ao mesmo tempo em que afirmava:

Admito que estamos pobres mas somos um povo e um Estado potencialmente ricos. Não vejo o Maranhão como um Estado-problema; eu o vejo como um Estado-Solução (CASTELO e os desafios do Estado-Solução. São Luís: Secretaria de Comunicação/SIOGE, 1981, p. 42).

Assim, desejava promover o retorno ao processo de modernização que, na sua percepção, havia ficado comprometido na administração Nunes Freire.

ARCÂNGELI (1987) identifica a década de 1980 como um marco na redefinição da participação do Maranhão na divisão nacional do trabalho, baseada agora na dinamização industrial, na modernização da lavoura e na pecuária para a exportação tendo em vista proporcionar divisas para o país<sup>18</sup>.

O governo Castelo situou-se exatamente nessa nova fase em que se insinuava, de maneira mais concreta, a possibilidade de retorno à “vocação” industrial do Estado, especialmente de São Luís<sup>19</sup>. O entusiasmo do governante maranhense<sup>20</sup> era motivado pela perspectiva de implantação, na capital do Estado, de projetos mínero-metalúrgicos – Projeto Carajás e Projeto Alumar – que, sob a direção das empresas Companhia Vale do Rio Doce e ALCOA, respectivamente, passaram a integrar o Programa Grande Carajás. O que era vislumbrado, com isso era “a transformação do Maranhão em grande pólo siderúrgico-exportador, com a instalação de grandes complexos industriais compostos por indústrias pesadas, exigindo a utilização da tecnologia avançada”. (SANTOS, 1984, p. 66). Tal como ocorreu no governo Nunes Freire, porém agora de forma mais contundente, tanto o poder público quanto os agentes econômicos privados desenvolveram um conjunto de medidas e

---

<sup>18</sup> Na fase anterior, o Maranhão estava inserido na divisão nacional do trabalho como fornecedor de alimentos para outras regiões especializadas na produção industrial, com base em tecnologia escassa, mão-de-obra de baixa qualificação e relações sociais tradicionais, fazendo com que se tenha alcançado índices satisfatórios de crescimento econômico, sem os equivalentes benefícios sociais.

<sup>19</sup> São Luís vivenciara, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, uma experiência industrial que levou o Maranhão a ocupar o segundo lugar entre os estados com maior parque industrial no país. Já entre as décadas de 1950 a 1970, “... em um contexto econômico cuja especialização produtiva se ligaria ao setor primário e a comercialização se daria através dos pontos regionais da própria produção, via um novo sistemas de agentes comerciais e de meios de transportes e Comunicação, a cidade de São Luis não mais exercia a sua anterior função hegemônica. Tornar-se-ia, portanto, cada vez mais, centro de serviços, quer pelo próprio papel anterior, que lhe criara um aglomerado urbano, quer pelo fato mesmo de sua tradicional condição de capital política, administrativa e cultural do Estado”. (MOREIRA, 1989, p.18)

<sup>20</sup> Esse era um processo que já se delineava em governos anteriores, mas é intensificado no período em análise.

providências visando dotar o Maranhão e, principalmente São Luís, de uma razoável infraestrutura industrial, física e institucional<sup>21</sup>.

Entretanto, João Castelo também rompeu com Sarney ao final do seu mandato, expressando algo característico da própria configuração da prática oligárquica: a tentativa dos ocupantes do executivo de constituírem posições autônomas e uma máquina política própria, independentemente daqueles que os promoveram<sup>22</sup>.

## 5 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O patrimonialismo tem sido uma constante na história do Maranhão, onde sobrevivem sucessivas oligarquias ao longo do tempo. Este conceito, contudo, é importante para dar conta não apenas da realidade dessa unidade da federação. Ele se refere à própria particularidade histórica das relações políticas que estão na base da construção mesma do Estado brasileiro, constituindo um traço estrutural deste.

Tendo, nas suas origens, estabelecido relações produtivas adaptadas ao desenvolvimento da ordem capitalista internacional, sem a constituição das condições internas de reprodução a elas adequadas, o Brasil fez sempre intervir, nas relações constituídas, elementos caracterizados pelo tradicionalismo e autoritarismo e até mesmo pela violência política.

Nesse quadro, não só o patrimonialismo foi e é fundamental como base política de sustentação econômica, como se constitui também parte e expressão da própria racionalidade burguesa que presidiu o processo.

---

<sup>21</sup> De acordo com MOREIRA (1989, p. 28), no que se refere ao setor público, nas décadas de 1970 e 1980, foi elaborado o Plano Diretor da Cidade de São Luís, e institucionalizado um Sistema Estadual de Indústria e Comércio e a Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão. Como resultado dessas medidas foi criada uma grande zona industrial para implantação dos chamados Grandes Projetos, estando reservada ainda outra área para pequenas e médias empresas que poderiam advir dos efeitos multiplicadores das atividades minero-metalúrgicas. Obras destinadas ao melhoramento urbano também foram realizações a serem destacadas nesse sentido.

<sup>22</sup> “João Castelo, por força da lei de desincompatibilização, não cumpriu o mandato de governador até o fim, em face de sua candidatura ao Senado da República. A morte de seu sucessor legal a vice, Arthur Carvalho, fez com que Castelo vetasse a ascensão do Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Albérico Ferreira (tio de Sarney) ao Governo do Estado. Com isso, assumiu o vice-presidente, deputado Ivar Saldanha. O veto de Castelo a Albérico Ferreira custou-lhe um preço muito alto, pois foi forçado apoiar a candidatura do deputado federal Luiz Rocha, tal como ele produto puro do sarneísmo, ao governo do Estado. Embora oriundo do mesmo grupo político. Castelo e Luiz Rocha nunca mantiveram relações amistosas, pelas ostensivas ambições na sucessão da liderança de José Sarney no Estado. Por isso, Castelo fez tudo e lutou de todas as formas para não ver Luiz Rocha no Palácio dos Leões”. (BUZAR, 1988, p. 8 1)

A dominação tradicional patrimonial, sob o capitalismo, obedece a uma dinâmica que, embora seja regida por valores (e não por meios e fins) e exija um poder regulamentador ordenando a sociedade e a economia de cima para baixo (e não relações de igualdade jurídica e defesa contra o arbítrio) pode conviver com uma ordem racional-legal característica do capitalismo.

Importa esclarecer que, no pensamento weberiano, o caráter tradicional de uma relação política é dado pela fonte de legitimidade que garante a dominação. Sendo dominação o que *“a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo” (WEBER, 1991, p. 33)*, que se verifica é que a presença ou ausência de relações contratuais que instituem direitos é exatamente o que distingue uma relação política “tradicional” de uma “moderna”. No Estado patrimonial não há relações contratuais instituintes de direitos e deveres entre governantes e governados, pois aqui o “príncipe” organiza seu poder político como uma extensão de seu poder pessoal.

Assim, o que define esse caráter de tradicionalismo não é a existência de burocracias, mas formas de exercício político. Nos países centrais, a burocracia é fruto de formas políticas de democratização.

A organização burocrática geralmente chega ao poder através de uma discriminação das diferenças sociais e econômicas...A burocracia inevitavelmente acompanha a democracia de massas moderna em contraste com o auto-governo de pequenas unidades homogêneas. Isso é um resultado de seu princípio característico: a regularidade abstrata do exercício da autoridade, que é um resultado da demanda por ‘igualdade ante a lei’ no sentido pessoal e funcional – e, conseqüentemente, do horror ao ‘privilégio’ e a rejeição, por princípio, das decisões tomadas de forma casuística (WEBER, apud SCHWARTZMAN, 1999, p.61).

Admite-se, entretanto, que patrimonialismo e burocratização não são excludentes, podendo relações patrimoniais existir e conviver com formas racionais-burocráticas, desde que estas não tenham por base relações contratuais de direito universal. No caso do Maranhão, ainda que Sarney tenha assentado o seu poder em bases patrimonialistas, lançou a bandeira da modernização e da racionalização, colocando-as como a saída do atraso em que o estado se encontrava.

Em meio a essas relações, há sempre tentativas de “feudalização” das prebendas que são vistas pelos subordinados como direito pessoal subjetivo e como fonte independente de poder. Mas a capacidade do Estado de dispor da riqueza, propriedade e bens como recursos próprios, lhe dá recursos de controle suficientes para fomentar ou desestimular a atividade independente dos grupos de interesse ou de pressão.

Assim, pode-se dizer que há, no Brasil, uma convivência histórica, embora tensa, entre “privatização” e centralização das formas de autoridade. Nesse embate entre forças decorrentes de fontes independentes de riqueza e poder e o Estado, o mecanismo das prebendas faz a dinâmica privada depender da sanção e apoio do governo central. O que se observa é que o Estado concentra em si mais volume de poder, tendo-se como resultado que as tentativas autônomas de representação de interesses ou são “cooptadas” ou são suprimidas, gerando dependência e perda de autonomia por parte dos interesses privados.

Inserida nesse quadro, a dominação burocrática é racional, mas a racionalidade nela embutida é eminentemente “técnica”. O processo de decisão tem por base uma “Razão de Estado” que limita a agregação e articulação de interesses particulares ou coletivos. É claro que essa é uma dinâmica contraditória, pois o patrimonialismo é tanto articulador e reforçador de uma situação social, como se constitui fruto de um sistema econômico que não se sustenta ou não se expande, a não ser por sua mediação.

Em síntese, o patrimonialismo se constitui num traço que, malgrado os avanços verificados nos últimos anos, moldou toda a cultura política brasileira. Os reflexos disso são ainda sentidos no tipo de relações políticas prevaletentes entre Estado e sociedade civil, na estrutura e perfil do mercado de trabalho, na configuração do modelo de proteção social vigente e, sobretudo, no padrão de desenvolvimento adotado para o país.

Contudo, nesse contexto, o Maranhão representa quase um tipo “puro” de dominação tradicional. O jogo político nesse estado, dentro desse quadro mais geral, se torna peculiar pelo fato de instituir uma dinâmica particular em função da qual o Estado funciona como instância que, ocupada/apropriada por determinados grupos, chega até a estabelecer os limites e os critérios da inclusão ou exclusão dos demais grupos ou classes, no sistema. Tendo tido a capacidade de concentrar poder em suas mãos por meio de sua inserção no aparato estatal, o sarneísmo vem mantendo, historicamente, mecanismos de subordinação e dependência face aos grupos aliados aos lhes favorecer a apropriação de funções, órgãos e rendas públicas. Em relação aos demais grupos, vem mantendo seu poder graças à sua capacidade de controlar os processos de articulação e de representação de interesses, recorrendo, quando acha necessário, a processos autoritários.

É importante dizer, inclusive, que, por congregar grande volume de recursos de poder (financeiros e políticos), o grupo Sarney, na mediação dos interesses

explicitados ao nível social, tem sido capaz de se sobrelevar a esses interesses, fortalecendo sua autonomia de decisão.

Assim, mesmo aquelas tentativas, que se originaram nas próprias hostes **sarneístas** visando disputar espaços com essa oligarquia, sempre se fragilizaram. Isso em razão desse padrão histórico de relações políticas do qual Sarney se beneficiou sistematicamente no sentido de expandir continuamente seu espaço de atuação, de forma a diminuir as possibilidades de mobilização e de articulação de interesses fora da influência do núcleo de poder incrustado no Estado. Assim sendo, assiste-se periodicamente a rompimentos seguidos de retomadas de alianças que, na verdade, só fazem recolocar o patrimonialismo característico da realidade maranhense.

Por último, convém dizer que, face aos limites do desenvolvimento do Maranhão, o processo clientelístico de intermediação de interesses sempre esteve na dependência do Governo Federal, trazendo como característica à dinâmica política estadual a subordinação às esferas centrais de decisão. Destas se originam também grandes recursos de poder passíveis de serem apropriados/distribuídos, ou seja, de se tornarem moeda de troca no jogo político entre os grupos em disputa nesta unidade da federação.

## BIBIOGRAFIA

ARCÂNGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização das Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 1987.

AVELINO FILHO, Jorge. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 38, p. 225-240,

BONFIM, M<sup>a</sup>. Núbia Barboza. Do velho ao novo: política e educação no Maranhão. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985. 122 p.

BUZAR, Benedito. Discurso moralista do Maranhão - de Archer da Silva a Luís Rocha. Revista FIPES, São Luis: FIPES, 3 (1): p. 75-83, jan./jun. 1988.

\_\_\_\_\_. Vitorinista sofre dois atentados. O Estado do Maranhão, São Luís, 27 ago. 1975. Caderno A, p. 3.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.

\_\_\_\_\_. As eleições de 1974 no Maranhão. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 43, p. 37-68, jul. 1976.

CASTELO e os desafios do Estado-Solução. São Luís: Secretaria de Comunicação. SIOGE, 1981. 238 p.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 6.ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

\_\_\_\_\_. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP, São Paulo, n.17, p. 15-29, mar./mai. 1993.

KUCINSKI, Bernardo. Abertura, a história de uma crise. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982. 167 p.

MALLOY, James M. A política de previdência no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 199 p.

\_\_\_\_\_. Previdência Social e distribuição de renda: notas de pesquisa. Estudos CEBRAP, Petrópolis, n.25, p. 115-133.

\_\_\_\_\_. Previdência Social e classe operária no Brasil (uma nota de pesquisa). Estudos CEBRAP, Petrópolis, n.15, p. 117-131

MARANHÃO. Governo do Estado. 1975-1978 (Oswaldo da Costa Nunes Freire). Plano de Desenvolvimento do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial. 1975.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. 1979-1982 (João Castelo). Síntese das Diretrizes e Programação para 1979-1982. São Luís: SIOGE, 1979.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. 1979-1982 (João Castelo). Mensagem à Assembléia Legislativa. São Luís: SIOGE, 1982. 223 p.

MOREIRA, José Cursino Raposo. A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo de Alumínio da Região Norte do Brasil. Belo Horizonte, 1989. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais.

REIS, Flávio M. Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão (1850-1936). São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SANTOS, Etelvina. Nas marés do ferro (repercussões sociais do Programa Grande Carajás para os setores populares do Maranhão - pauperização e miséria). Fortaleza, 1984. Dissertação (Mestrado de Sociologia do Desenvolvimento). Departamento de Sociologia. Universidade Federal do Ceará.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 177 p.

SILVA, M<sup>a</sup> Ozanira Silva e. Formação profissional do assistente social; inserção na realidade e na dinâmica da profissão. São Paulo: Cortez, 1984. 126 p.

WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: WEBER, Marx. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v.1, 422p. p. 139-198.